

Cortes de tributo e novos gastos retiram R\$ 4,1 bi de prefeituras

PAULO EGÍDIO*

paulo.egidio@zerohora.com.br

A redução das alíquotas de ICMS aprovada pelo Congresso Nacional, combinada com a recente aprovação de novos pisos salariais para categorias profissionais, terá impacto de R\$ 4,1 bilhões nos cofres das prefeituras do Rio Grande do Sul, o que corresponde a cerca de 8,5% da receita corrente líquida do ano passado. O número consta em estudo produzido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentado ontem.

Nesse cálculo, estão incluídas a limitação nas alíquotas do ICMS, a criação do piso para profissionais da enfermagem, o reajuste no mínimo a ser pago a professores e agentes de saúde e a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Também está contabilizada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que faz com que os Estados sejam obrigados a fixar valor único de ICMS sobre os combustíveis – parcela do recurso é repassada aos municípios.

O impacto sobre as prefeituras pode ser muito maior caso o Congresso aprove novas mudanças em impostos, como ICMS, ISS e Imposto de Renda e a criação de pisos salariais para novas categorias, como os trabalhadores da limpeza urbana. Essas propostas estão sendo discutidas e podem entrar na pauta de votações ainda em 2022.

Creches

Outro fator de preocupação dos prefeitos é o julgamento, pelo STF, de um recurso sobre a obrigatoriedade da oferta de creches para crianças de zero a cinco anos. Atualmente, as prefeituras já são obrigadas a atender crianças entre quatro e cinco anos. A depender do entendimento da Corte, a faixa de zero a três anos também pode entrar nessa regra.

No cenário mais pessimista para os prefeitos, o impacto potencial para os cofres municipais no RS



Ziulkoski cobra regulamentação de proposta que veta criação de nova despesa sem previsão da receita igual

pode chegar a R\$ 11,7 bilhões, que equivalem a 23% da receita líquida dos municípios em 2021, calcula a entidade.

Para todo o país, somente medidas em vigência ou que já foram aprovadas e entrarão em vigor em breve representam perdas de R\$ 73 bilhões por ano. O impacto potencial, no caso de prosperarem todas as propostas de aumento de despesa e redução de receita, pode chegar a R\$ 250,6 bilhões ao ano.

Os dados do estudo foram apresentados pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, em coletiva de imprensa, e darão subsídio ao apelo dos prefeitos para que o Congresso freie a criação de novos encargos às prefeituras. Os gestores municipais participam hoje de mobilização conjunta em Brasília para pressionar deputados e senadores. Conforme Ziulkoski, ao menos mil prefeitos devem viajar à capital federal.

A concentração dos prefeitos terá início pela manhã, na sede da CNM em Brasília. À tarde, se dirigem ao Congresso. Os prefeitos vão entregar aos parlamentares mapeamento com o impacto das medidas para cada município.

Na coletiva, o dirigente municipalista ressaltou que o corte permanente de recursos utilizados no custeio de serviços como saúde e educação não pode ter como contrapartida o repasse de verbas extraordinárias, como emendas parlamentares:

– Construir um prédio é muito bonito, mas como se mantém esse prédio funcionando? Como mantém uma criança na creche? Estamos alertando e dando transparência a esses números.

Pedido

Um dos principais pleitos dos prefeitos no ato em Brasília é a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 122/2015, que veta a criação de novas despesas sem a previsão da receita correspondente. Já aprovada no Senado, a PEC passou por comissão especial na Câmara e está pronta para ser levada ao plenário. Uma das maiores críticas dos prefeitos é a criação de encargos financeiros para os municípios, como pisos salariais para as principais carreiras do funcionalismo, gastos de caráter continuado.

Para o levantamento do custo das medidas, a CNM dividiu as pautas do Executivo Federal adotadas por meio de portarias e decretos que repercutem sobre a arrecadação e as despesas dos municípios. Já a pauta do Judiciário, centralizada no STF, diz respeito às ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e de recurso extraordinário. A pauta do Congresso são projetos aprovados ou em tramitação na Câmara e no Senado.

Dificuldade de influenciar o plenário

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, reconheceu as dificuldades que a entidade tem tido para se fazer ouvir no Congresso e apontou entre as razões, além das eleições, a distribuição discricionária de recursos do orçamento que é feita por meio das emendas. Outro ponto citado é o fato de haver muitos prefeitos novos que ainda não passaram pelos tempos das “agru-ras” de falta de recursos. Ele alerta que boa parte desses recursos prometidos acaba não sendo paga.

– Em ano eleitoral vem todos atrás de voto e depois fica aí (sem pagar) – afirma.

Para justificar as medidas, o governo tem argumentado que a redução de receita é justificada, já que Estados e municípios têm apresentado arrecadação elevada. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre reforça o discurso de que o governo federal já transferiu mais de R\$ 500 bilhões aos governadores e prefeitos e que o caixa está elevado. Mas Ziulkoski destaca que não há garantia de que os resultados excepcionais de arrecadação se sustentem nos próximos anos, pois a variável é carregada de incerteza e está relacionada com a atividade econômica.

*Com agências de notícias

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 6